FONTE : CPCLASS. : 13181DATA : 14 11 90PG. : 13

Lutzenberger cria caso com política indigenista

O secretário especial do Meio Ambiente, José Lutzenberger, proibiu seu representante no grupo de trabalho interministerial (GTI) — criado pelo presidente Fernando Collor para traçar uma nova política indigenista para o País — de assinar o documento com suas propostas finais. O espaço destinado ao endosso da secretaria está em branco. Lutzenberger se irritou. Suas propostas não foram incluídas no documento preparado pelo GTI — formado pelos ministérios das Relações Exteriores, Infra-Estrutura, Educação, Ação Social e a Funai. A nova política traçada pelo GTI só agradou aos brancos. Dez entidades ligadas à questão

indígena já o rechaçaram.

Lutzenberger reagiu duramente. Ele decidiu colocar suas propostas num outro documento e enviá-lo ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. O papel de Passarinho, a quem o GTI entregou seu documento final, seria o de negociar as propostas de Lutzenberger com os demais ministérios que compõem o grupo. O secretário foi representado no GTI por um de seus assessores, o índio Jorge Terrena.

Passarinho terá pouco tempo para mediar a crise. O documento final terá que ser entregue a Collor na semana que vem. O presidente deu ao GTI apenas 60 dias para terminar seu trabalho.

O principal ponto de desentendimento entre a Sema e os demais ministérios é a relação entre o Estado e os Índios. Atualmente o índio é tutelado pela União e essa tutela é exercida pela Funai. O órgão deve intermediar qualquer ato partilhado entre o índio e grupos estranhos à sua comunidade. Cabe ao índio requerer sua emancipação na Justiça. O GTI propõe ao contrário, que o índio seja automaticamente emancipado, ao atingir determinadas condições que serão regulamentadas por lei.

O que os índios, as entidades que o representam e a Sema temem é o resultado dessa lei.